



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
CENTROS DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA
INFÂNCIA E JUVENTUDE

INFORMATIVO nº 05/2019 CAOPIJ

O CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE encaminha o presente informativo contendo orientações acerca dos seguintes temas relacionados ao Processo Unificado de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar:

1) TRANSPORTE DE ELEITORES DA ZONA RURAL PARA O CENTRO DO MUNICÍPIO:

É certo que seria interessante o reforço e/ou pelo menos, a manutenção, pela municipalidade, do transporte urbano já fornecido durante a semana.

No que diz respeito à utilização dos ônibus do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE, conhecidos como “amarelinhos”, em que pese entendimento em sentido contrário, acredito que, mesmo o município arcando com o combustível, através de outra fonte de recurso, a utilização desses ônibus poderia colocar em risco o transporte do alunado nos dias subsequentes ao pleito, no caso, por exemplo, de eventuais danos causados por vandalismo.

2) COMO PROCEDER DIANTE DA NOTÍCIA DE IRREGULARIDADES ANTES E NO DIA DO PLEITO:

No que concerne às notícias de irregularidades por ocasião do certame, podem ser comunicadas diretamente ao Ministério Público local ou ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, o qual, através de sua comissão especial eleitoral, deverá lavrar a ocorrência por termo, colher as informações e provas apontadas, e tomar as providências pertinentes na sua seara, de tudo cientificando o MP.

Nesse caso, ao receber a demanda, e não concordando com o posicionamento da Comissão Eleitoral e/ou recebendo demanda que não chegou ao conhecimento daquela Comissão, sugere-se ao Promotor de Justiça que providencie a instauração de Notícia de Fato, a fim de apurar eventual existência de irregularidades, podendo diligenciar, promover o respectivo arquivamento e/ou manejar ação judicial, se for o caso.

De toda sorte, cumpre reforçar que os crimes eleitorais, previstos no Código Eleitoral, não se aplicam ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, podendo, outrossim, em ocorrendo as condutas, configurar inidoneidade para o cargo, susceptível, pois, de impugnação por parte do MP.

Encaminho, por oportuno, três enunciados da Comissão Permanente da Infância e Juventude – COPEIJ os quais, no entanto, estão PENDENTES DE APROVAÇÃO PELO GNDH/CNPG:

ENUNCIADO Nº 06/2019:

O requisito da idoneidade moral, previsto no artigo 133, I, do ECA, não se restringe aos conceitos do direito penal relativos à reincidência ou maus antecedentes, cabendo à Comissão Especial Eleitoral, em procedimento administrativo que assegure o contraditório, avaliar casuisticamente se as condutas praticadas pelo candidato ao Conselho Tutelar, ainda que não vedadas pela legislação ou resolução local, são compatíveis com o decoro do cargo.

ENUNCIADO Nº 07/2019:

Não configura crime eleitoral, passível de prisão em flagrante, a prática, na data da votação do processo de escolha do Conselho Tutelar, das condutas tipificadas na legislação eleitoral. Tais condutas, contudo, podem configurar inidoneidade moral passíveis de impugnação perante a Comissão Especial Eleitoral ou judicialmente pelo Ministério Público.

ENUNCIADO Nº 08/2019:

Em sendo flagrada conduta vedada ou irregularidade no dia da votação do processo de escolha do Conselho Tutelar, cabe à autoridade pública fazer cessar o ato indevido, apreendendo e/ou materializando a prova para a posterior impugnação da candidatura. Caso o candidato ou seu apoiador desobedeça a ordem legal do funcionário público, esta conduta pode configurar, em tese, o crime de desobediência (art. 330 do CP).

Recife, 02 de outubro de 2019.

Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda
Coordenador CAOPIJ

Maria Thereza N. de Miranda Medeiros
Analista Ministerial